

Xingu Rio  
Transmissora  
de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2022 e  
relatório dos auditores independentes**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>6</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>15</b>



**Relatório da Administração**

**Prezados Acionistas,**

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Sociedade”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2022.

## **1) A Sociedade**

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

## **2) Setor elétrico – segmento de transmissão**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	2.792,29
Tensão em kV:	800/500
Subestações próprias/acessadas:	3

## **3) Desempenho Financeiro**

### **3.1) Receita**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 1.577.545 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$1.411.911 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.



### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
• Liquidez geral	1,23	1,36
• Liquidez corrente	0,80	1,63
• Relação patrimônio líquido/ativo	18,82%	26,39%
• Relação passivo não circulante/ativo	74,74%	68,03%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	13,19%	4,64%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	66,01	38,14%
Ativos totais	8.396.460	9.113.506
Lucro líquido do exercício	208.397	23.695

### 4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2022, nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança.

Demos sequência ao trabalho iniciado em 2021 e, neste ano, concluímos o Planejamento Estratégico (PE). Desta forma, temos uma visão de longo prazo dos negócios e da organização interna. Somados ao PE, iniciamos a elaboração de instrumentos que irão compor a estrutura de governança após a criação do Conselho de Administração, como o Regimento Interno do Conselho e o Regimento Interno da Diretoria. Evoluímos na estruturação dos nove Comitês de Assessoramento, que estarão ligados ao órgão deliberativo e irão dispor de regimentos internos próprios.

Criamos, também, instâncias, como a área dedicada ao ESG3, que impulsionou relevantes medidas como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas.

#### Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de manter a capacidade de funcionamento de nossa infraestrutura conforme exigentes padrões de qualidade, visando à segurança de colaboradores e comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos técnicos e administrativos de nossas atividades e processos.

#### Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso de respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, diálogo e transparência com todos os públicos. Como medida de atualização e conscientização dos profissionais, anualmente, todos os colaboradores assinam e concordam formalmente em praticar as premissas firmadas no Código de Ética e Conduta. Com o objetivo de centralizar a condução do tema, em 2022, criamos a divisão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna (RCA).

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, são oferecidos



# XINGU RIO

## TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

curso presenciais, tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais; treinamentos online e pílulas mensais de compliance sobre temas atuais são difundidos por e-mail, como privacidade e proteção de dados, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho.

A Divisão de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por terceira parte independente, que analisa o conteúdo dos relatos e, quando fundamentados, os encaminha à Divisão de Compliance que conduz todas as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos de preocupações críticas são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2022 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia. Além disso, com relação a gestão de riscos, a Companhia age de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a elaboração de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### 5) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 11 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

### 6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

### A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da  
**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis regulatórias

Em 26 de abril de 2022 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 5, essas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes da correção da base de prejuízos fiscais descrito na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera estas alterações e substituiu opinião anteriormente emitida. Nossa opinião não contém modificação.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 7, 12 e 13 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2022 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 7.690.228 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;</li><li>(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;</li><li>(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;</li><li>(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”);</li><li>(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias.</li></ul> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

## Outros assuntos

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 10 de abril de 2023.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

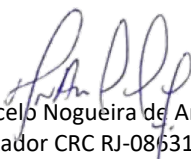
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-085312/O-6

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	192.154	610.339
Concessionárias e permissionárias	9	162.341	152.522
Contas a receber - partes relacionadas	27	722	10
Estoques		13.189	9.155
Adiantamento a fornecedores		2.037	1.881
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	47.367	45.440
Outros impostos a recuperar	11	5.035	1.168
Despesas antecipadas		4.128	5.945
Outros ativos circulantes		8.029	1.902
		<b>435.002</b>	<b>828.362</b>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	160.423	139.102
Impostos diferidos	16	106.139	144.089
Imobilizado	12	7.562.377	7.867.602
Intangível	13	127.851	124.122
Outros ativos não circulantes		4.668	10.229
		<b>7.961.458</b>	<b>8.285.144</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8.396.460</b>	<b>9.113.506</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	14	158.987	204.762
Fornecedores - partes relacionadas	27	29.242	37
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	313.342	277.021
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.424	-
Outros impostos a pagar		14.915	12.365
Taxas regulamentares	17	13.346	7.342
Outros passivos circulantes		7.551	6.393
		<b>540.807</b>	<b>507.920</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	15	6.258.803	6.175.464
Outras provisões - compensação ambiental		13.601	22.917
Provisão para contingências	18	2.807	1.928
		<b>6.275.211</b>	<b>6.200.309</b>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		2.291.001	2.291.001
Reserva Legal		125.020	96.390
Reserva de Lucros		943.077	1.457.363
Reserva de incentivos fiscais		58.250	33.215
Prejuízo acumulado		(1.836.906)	(1.472.692)
		<b>1.580.442</b>	<b>2.405.277</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>8.396.460</b>	<b>9.113.506</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	20	1.468.141	1.315.264
Custo da operação	21	<u>(401.309)</u>	<u>(374.814)</u>
<b>Lucro bruto</b>		1.066.832	940.450
Despesas gerais e administrativas	22	(50.930)	(18.965)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	24	<u>27.354</u>	<u>(4.164)</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		1.043.256	917.321
<b>Resultado financeiro</b>	25	<u>(709.265)</u>	<u>(896.631)</u>
Receita financeira		44.899	27.924
Despesa financeira		(754.164)	(924.555)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>333.991</u>	<u>20.690</u>
IRPJ e CSLL correntes	26	(87.643)	18.884
IRPJ e CSLL diferidos	16/26	<u>(37.951)</u>	<u>(15.879)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>208.397</b></u>	<u><b>23.695</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021 (Reapresentado)</b>
Lucro líquido do exercício	<b>208.397</b>	<b>23.695</b>
Outros resultados abrangentes	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>208.397</b>	<b>23.695</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros			Prejuízos Acumulados	Total
	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de Incentivos fiscais		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 (originalmente apresentado)</b>	<b>2.771.001</b>	<b>(480.000)</b>	<b>67.931</b>	<b>1.020.441</b>	<b>37.648</b>	<b>(1.015.027)</b>	<b>2.401.994</b>
Ajuste de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	87.809	87.809
Constituição de reserva legal	-	-	4.390	-	-	(4.390)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	-	83.419	-	(83.419)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)</b>	<b>2.771.001</b>	<b>(480.000)</b>	<b>72.321</b>	<b>1.103.860</b>	<b>37.648</b>	<b>(1.015.027)</b>	<b>2.489.803</b>
Redução de Capital	(480.000)	480.000	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	23.695	23.695
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	-	24.069	-	-	(24.069)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	(4.433)	4.433	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	-	(58.646)	(58.646)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	-	403.078	-	(403.078)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 19)	-	-	-	(49.575)	-	-	(49.575)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.291.001</b>	<b>-</b>	<b>96.390</b>	<b>1.457.363</b>	<b>33.215</b>	<b>(1.472.692)</b>	<b>2.405.277</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	208.397	208.397
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 19)	-	-	28.630	-	-	(28.630)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	25.035	(25.035)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 19)	-	-	-	-	-	(20.678)	(20.678)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 19)	-	-	-	498.268	-	(498.268)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 19)	-	-	-	(1.012.554)	-	-	(1.012.554)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.291.001</b>	<b>-</b>	<b>125.020</b>	<b>943.077</b>	<b>58.250</b>	<b>(1.836.906)</b>	<b>1.580.442</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>333.990</b>	<b>20.690</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	15	748.027	918.656
Depreciação e amortização		313.019	312.123
Baixa de imobilizado e intangível	12/13	25.731	40.663
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(98)	-
Rendimento títulos e valores mobiliários		(9.344)	(1.972)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9	9.173	(197)
Provisão para contingência	18	879	1.826
Atualização monetária - Compensação ambiental		1.238	2.659
Custo de transação de financiamento	15	2.060	(27.086)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(18.991)	(13.195)
Contas a receber - partes relacionadas		(713)	10
Estoques		(4.033)	(7.527)
Títulos e valores mobiliários		1.570	870
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(1.927)	(39.090)
Outros impostos a recuperar		(3.867)	6.987
Adiantamentos a fornecedores		(156)	223
Despesas antecipadas		1.817	(3.445)
Outros ativos		(566)	(7.448)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores terceiros e partes relacionadas		(16.570)	(37.600)
Tributos e contribuições sociais		116.797	179.960
Taxas regulamentares		6.004	(1.325)
Outros passivos		1.160	(180)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.505.200</b>	<b>1.345.602</b>
Compensação Ambiental		(10.555)	(9.450)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(46.067)	(53.648)
Outros impostos pagos		(155.501)	(152.972)
Juros pagos		(358.705)	(439.674)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>934.372</b>	<b>689.858</b>
Aquisição de imobilizado e intangível	12/13	(37.158)	(37.005)
Aplicação títulos e valores mobiliários		(105.186)	(465.643)
Resgate títulos e valores mobiliários		91.639	454.509
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>		<b>(50.705)</b>	<b>(48.139)</b>
Financiamentos captados	15	-	1.100.000
Financiamentos pagos	15	(271.722)	(1.153.866)
Dividendos pagos	19	(1.012.554)	(50.065)
Juros sobre capital próprio pagos		(17.576)	(147.701)
<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(1.301.852)</b>	<b>(251.632)</b>
<b>(Redução)/ aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(418.185)</b>	<b>390.087</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>610.339</b>	<b>220.252</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>192.154</b>	<b>610.339</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1. Informações gerais**

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Da concessão**

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e  $\pm$  800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 37,33km.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e  $\pm$  800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 150,43km.



- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em  $\pm 800\text{kV}$  entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 2.539,6 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 32,47 km cada, devido à característica do local em que a linha foi implantada
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS).

### **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em R\$988.030 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 22 de Junho de 2021, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 2.882/2021, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia, com um índice de reposicionamento nominal de 12,4%.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 1.577.545 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou

superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas nas notas explicativas 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 27 de abril de 2023.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

### **2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.4 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1 Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 12 – Imobilizado e nota explicativa 13 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em serviço” e “Em curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em

funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;

Existência de garantia;

Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;

Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

#### **4.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **4.5 Impostos**

##### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

##### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

##### ***Impostos diferidos***

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

#### **4.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua

relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

#### **4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado

#### **4.8 Ativos e Passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **4.9 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **4.10 Instrumentos financeiros**

##### **a. Ativos financeiros**

**Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
  - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
  - (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
  - (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
- b. Passivos financeiros**
- Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

#### **4.11 Transações com partes relacionadas**

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

#### **4.12 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## 5. Reapresentação dos saldos comparativos

No exercício de 2022, a Companhia identificou um erro de período anterior no cálculo dos impostos diferidos ativos devido a inconsistências entre as obrigações acessórias e os registros contábeis efetuados, o que gerou a necessidade de correção da base de prejuízos fiscais e conforme as orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, a Companhia procedeu com a reapresentação de forma retrospectiva decorrente de erro identificado do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A seguir os impactos dos ajustes em 31 de dezembro de 2021:

<b>Balanço Patrimonial</b>	<b>Ref</b>	<b>31/12/2021</b>		
		<b>(Original)</b>	<b>Ajustes</b>	<b>(Ajustado)</b>
<b>Ativo</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(i)	46.222	(782)	45.440
Demais ativos circulantes não impactados		<u>782.922</u>	<u>-</u>	<u>782.922</u>
		829.144	(782)	828.362
<b>Ativo não circulante</b>				
Impostos diferidos	(i)	49.187	94.902	144.089
Demais ativos não circulantes não impactados		<u>8.141.055</u>	<u>-</u>	<u>8.141.055</u>
		8.190.242	94.902	8.285.144
<b>Total do ativo</b>		<b>9.019.386</b>	<b>94.120</b>	<b>9.113.506</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo circulante</b>				
Passivos não circulantes não impactados		<u>507.920</u>	<u>-</u>	<u>507.920</u>
		507.920	-	507.920
<b>Passivo não circulante</b>				
Passivos circulantes não impactados		<u>6.200.309</u>	<u>-</u>	<u>6.200.309</u>
		6.200.309	-	6.200.309
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		2.291.001		2.291.001
Reserva Legal	(i)	87.330	9.060	96.390
Reserva de Lucros	(i)	1.284.428	172.935	1.457.363
Reserva de incentivos fiscais	(i)	34.005	(790)	33.215
Prejuízo acumulado	(i)	<u>(1.385.607)</u>	<u>(87.085)</u>	<u>(1.472.692)</u>
		2.311.157	94.120	2.405.277
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>9.019.386</b>	<b>94.120</b>	<b>9.113.506</b>



Demonstração do resultado	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida		1.315.264	-	1.315.264
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(i)	(3.374)	(790)	(4.164)
Outros		(1.290.410)	-	(1.290.410)
IRPJ e CSLL correntes	(i)	18.876	8	18.884
IRPJ e CSLL diferidos	(i)	(22.972)	7.093	(15.879)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>17.384</b>	<b>6.311</b>	<b>23.695</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Capital social		2.291.001	-	2.291.001
Reserva legal		87.330	9.060	96.390
Reserva de Lucros		1.284.428	172.935	1.457.363
Reserva de incentivos fiscais		34.005	(790)	33.215
Lucro acumulado		(1.385.607)	(87.085)	(1.472.692)
		<b>2.311.157</b>	<b>94.120</b>	<b>2.405.277</b>

Demonstração do fluxo de caixa	Ref	31/12/2021		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício antes dos impostos</b>	(i)	<b>21.480</b>	(790)	<b>20.690</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		1.246.672	-	1.246.672
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(i)	(62.400)	783	(62.617)
Aumento nos passivos operacionais	(i)	140.850	7	140.857
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.345.602</b>	-	<b>1.345.602</b>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<b>689.858</b>	-	<b>689.858</b>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(48.139)	-	(48.139)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(251.632)	-	(251.632)
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>390.087</b>	-	<b>390.087</b>

- (i) A Companhia efetuou a de sua base de prejuízo fiscal, resultando no reconhecimento de um ativo fiscal diferido de R\$ 87 milhões sobre os saldos iniciais de 2020 no patrimônio líquido e R\$ 7 milhões no resultado de 2021. A Companhia concluiu que o impacto dos períodos anteriores não teve efeito material nas demonstrações financeiras e não está apresentando terceira coluna, de acordo com os requisitos do IAS 1.40A.

## 6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

- (a) **Classificação de Passivos como Circulantes ou não Circulantes** – (alteração do CPC 26 (R1)) – As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao CPC 26 (R1) e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a

Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações contábeis regulatórias no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

- (b) **Definição de Política Contábil de “estimativas contábeis”** – (alteração do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro): A alteração na norma tem objetivo de mudar o conceito de “estimativas contábeis” no lugar de “mudança nas estimativas contábeis”, destacando o conceito de estimativa e suas normas aplicáveis. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia avaliou as alterações contidas no referido CPC e não foi identificado nenhum impacto nas avaliações internas sobre apurações das estimativas para 31 de dezembro de 2022.
- (c) **Divulgações de Políticas Contábeis** – (alterações ao CPCs 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros, CPC 49 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria e CPC 21 – Demonstração Intermediária): A mudança se refere a inclusão da definição de “políticas contábeis” e a substituição deste termo para “informação de política contábil, a atrelando a materialidade de seus saldos e sua a razoabilidade na influencia nas decisões que os principais usuários das demonstrações contábeis para fins gerais tomam com base. Caso a entidade entender que precise divulgar informações de política contábil imateriais, tais informações não devem obscurecer as informações de política contábil relevantes; e informar nas demonstrações contábeis a conclusão da entidade de que as informações de política contábil são imateriais e não afetam os requisitos de divulgação relacionados estabelecidos em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (d) **Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** – (alteração no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro): A alteração deste pronunciamento técnico se refere ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo diferido onde deve ser levado em conta se há ocorrência de diferença temporária igualmente tributável e dedutível, sendo estes decorrentes a uma única transação para transações que ocorram em ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Esta norma estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia concluiu que a nova norma não gera impacto relevante para 31 de dezembro de 2022.
- (e) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia:
  - (i) Adiamento da Isenção temporária do CPC 48 no CPC 11 – Contratos de Seguro (alterações dos CPC 48/ IFRS 9 e CPC 11);
  - (ii) Alterações na norma internacional IFRS 17 – Insurance Contracts – (alteração ao CPC 50 – Contratos de Seguro)

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

Quantos aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis regulatórias .

## 7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		<b>435.002</b>	<b>1.330.831</b>	<b>1.765.833</b>	<b>828.362</b>	<b>1.353.521</b>	<b>2.181.883</b>
Caixa e equivalentes de caixa		192.154	-	192.154	610.339	-	610.339
Concessionárias e permissionárias		162.341	-	162.341	152.522	-	152.522
Contas a receber – partes relacionadas		722	-	722	10	-	10
Adiantamentos a fornecedores		2.037	-	2.037	1.881	-	1.881
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		47.367	-	47.367	45.440	-	45.440
Outros impostos a recuperar		5.035	-	5.035	1.168	-	1.168
Estoques		13.189	-	13.189	9.155	-	9.155
Ativos de contrato	<b>a</b>	-	1.330.831	1.330.831	-	1.353.521	1.353.521
Outros ativos circulantes		8.029	-	8.029	1.902	-	1.902
Despesas antecipadas		4.128	-	4.128	5.945	-	5.945
Ativo não circulante		<b>7.961.458</b>	<b>3.611.730</b>	<b>11.573.188</b>	<b>8.285.144</b>	<b>3.025.852</b>	<b>11.310.996</b>
Ativos de contrato	<b>a</b>	-	11.406.176	11.406.176	-	11.159.259	11.159.259
Títulos e valores mobiliários		160.423	-	160.423	139.102	-	139.102
Impostos diferidos	<b>c</b>	106.139	(106.139)	-	144.089	(144.089)	-
Outros ativos não circulantes		4.668	-	4.668	10.229	-	10.229
Imobilizado	<b>b</b>	7.562.377	(7.561.411)	966	7.867.602	(7.866.664)	938
Intangível	<b>b</b>	127.851	(126.896)	955	124.122	(122.654)	1.468
		<b>8.396.460</b>	<b>4.942.561</b>	<b>13.339.021</b>	<b>9.113.506</b>	<b>4.379.373</b>	<b>13.492.879</b>

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		<b>540.807</b>	-	<b>540.807</b>	<b>507.920</b>	-	<b>507.920</b>
Fornecedores terceiros		158.987	-	158.987	204.762	-	204.762
Fornecedores partes relacionadas		29.242	-	29.242	37	-	37
Empréstimos e financiamentos		313.342	-	313.342	277.021	-	277.021
Impostos e contribuições sociais		3.424	-	3.424	-	-	-
Outros impostos a pagar		14.915	-	14.915	12.365	-	12.365
Taxas regulamentares		13.346	-	13.346	7.342	-	7.342
Outros passivos circulantes		7.551	-	7.551	6.393	-	6.393
Passivo não circulante		<b>6.275.211</b>	<b>2.429.324</b>	<b>8.704.535</b>	<b>6.200.309</b>	<b>2.230.352</b>	<b>8.430.661</b>
Empréstimos e financiamentos		6.258.803	-	6.258.803	6.175.464	-	6.175.464
Outras provisões - compensação ambiental		13.601	-	13.601	22.917	-	22.917
Impostos diferidos	c	-	2.429.324	2.429.324	-	2.230.352	2.230.352
Provisão para contingências		2.807	-	2.807	1.928	-	1.928
Patrimônio líquido		<b>1.580.442</b>	<b>2.513.237</b>	<b>4.093.679</b>	<b>2.405.277</b>	<b>2.149.021</b>	<b>4.554.298</b>
Capital social		2.291.001	-	2.291.001	2.291.001	-	2.291.001
Reserva de lucros		943.077	676.331	1.619.408	1.457.363	676.329	2.133.692
Reserva legal		125.020	-	125.020	96.390	-	96.390
Reserva de incentivos fiscais		58.250	-	58.250	33.215	-	33.215
Lucro (prejuízo) acumulado		(1.836.906)	1.836.906	-	(1.472.692)	1.472.692	-
		<b>8.396.460</b>	<b>4.942.561</b>	<b>13.339.021</b>	<b>9.113.506</b>	<b>4.379.373</b>	<b>13.492.879</b>

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	Nota	31/12/2022			31/12/2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	1.468.141	217.496	1.685.637	1.315.264	439.042	1.754.306
Custo da operação	e	(401.309)	285.573	(115.736)	(374.814)	303.631	(71.183)
Lucro bruto		<b>1.066.832</b>	<b>503.069</b>	<b>1.569.901</b>	<b>940.450</b>	<b>742.673</b>	<b>1.683.123</b>
Despesas gerais e administrativas		(50.930)	-	(50.930)	(18.965)	-	(18.965)
Outras (despesas) / receitas operacionais		27.354	-	27.354	(4.164)	-	(4.164)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>1.043.256</b>	<b>503.069</b>	<b>1.546.325</b>	<b>917.321</b>	<b>742.673</b>	<b>1.659.994</b>
Resultado financeiro		<b>(709.265)</b>	-	<b>(709.265)</b>	<b>(896.631)</b>	-	<b>(896.631)</b>
Receita financeira		44.899	-	44.899	27.924	-	27.924
Despesa financeira		(754.164)	-	(754.164)	(924.555)	-	(924.555)
Lucro antes dos impostos		<b>333.991</b>	<b>503.069</b>	<b>837.060</b>	<b>20.690</b>	<b>742.673</b>	<b>763.363</b>
IRPJ e CSLL correntes		(87.643)	-	(87.643)	18.884	-	18.884
IRPJ e CSLL diferidos	c	(37.951)	(138.853)	(176.804)	(15.879)	(285.011)	(300.890)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>208.397</b>	<b>364.216</b>	<b>572.613</b>	<b>23.695</b>	<b>457.662</b>	<b>481.357</b>

## 7.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio Líquido societário</b>	<b>4.093.679</b>	<b>4.554.298</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(12.737.007)	(12.512.778)
Impostos diferidos ativos	106.139	144.089
Imobilizado	7.561.411	7.866.664
Intangível	126.896	122.654
Impostos diferidos passivos	2.429.324	2.230.350
<b>Patrimônio Líquido regulatório</b>	<b>1.580.442</b>	<b>2.405.277</b>

## 7.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido conforme contabilidade societária</b>	<b>572.613</b>	<b>481.357</b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(1.535.749)	(1.490.826)
Margem de construção	1.381.353	1.223.371
Outras receitas	(58.602)	(208.492)
PIS/COFINS Diferido	22.169	44.751
Depreciação regulatória	(312.240)	(311.477)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	138.853	285.011
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>208.397</b>	<b>23.695</b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

#### ***b. Imobilizado e intangível***

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.



**c. *Impostos diferidos***

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. *Receita***

Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

**e. *Custo de operação e manutenção e custo de construção***

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## 8. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Banco	59.804	94.692
Aplicações financeiras (i)	<u>132.350</u>	<u>515.647</u>
	<b><u>192.154</u></b>	<b><u>610.339</u></b>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 102,81% do CDI em 2022 e de 104,48% do CDI em 2021. A Companhia teve maiores receitas referentes ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, apesar disto, a redução no período foi decorrente principalmente a maiores pagamentos de dividendos no exercício de 2022, o que justifica menores valores aplicados.

## 9. Concessionárias e permissionárias

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
A vencer (i)	160.305	145.943
Vencidas até 30 dias (ii)	288	5.590
Vencidas até 60 dias	106	14
Vencidas até 90 dias	200	11
Vencidas até 120 dias	229	8
Vencidas até 180 dias	8.560	8
Vencidas há mais de 180 dias (iii)	<u>3.436</u>	<u>2.558</u>
	173.124	154.132
Provisão para Perda de Crédito Esperada (PCE) (iii)	<u>(10.783)</u>	<u>(1.610)</u>
	<b><u>162.341</u></b>	<b><u>152.522</u></b>

- (i) Variação refere-se principalmente no aumento da receita permitida no ciclo 2022/2023 comparado ao exercício de 2021 conforme planilha da ONS.
- (ii) Variação refere-se no recebimento em 2022 da receita de CDE da CCEE de 2021.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Saldo Inicial	(1.610)	(1.807)
Reversão	43	204
Adição (iii)	<u>(9.216)</u>	<u>(7)</u>
Saldo Final	<b><u>(10.783)</u></b>	<b><u>(1.610)</u></b>

- (iii) Variação refere-se ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

## 10. Títulos e valores mobiliários

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Conta reserva – financiamentos (i)	<u>160.423</u>	<u>139.102</u>
	<b><u>160.423</u></b>	<b><u>139.102</u></b>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 15).

- (i) Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

## 11. Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b> <b>(Reapresentado)</b>
IRPJ saldo negativo (i)	32.930	31.027
CSLL saldo negativo (i)	14.426	14.407
IRRF a recuperar	<u>11</u>	<u>6</u>
	<b><u>47.367</u></b>	<b><u>45.440</u></b>
 Outros impostos a recuperar		
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	2.673	-
IRRF retido de clientes (ii)	808	-
INSS	847	684
Pis a recuperar	73	73
Cofins a recuperar	329	329
Outros	<u>305</u>	<u>82</u>
	<b><u>5.035</u></b>	<b><u>1.168</u></b>

- (i) Variação refere-se a constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano de 2022 após envio da ECF do mesmo período.
- (ii) Variação refere-se a não utilização dos créditos de IRRF sobre aplicação financeira no exercício de 2022. Esses créditos só serão utilizados em 2023.

## 12. Imobilizado

### a. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>8.498.615</b>	-	<b>(6.075)</b>	<b>15.905</b>	<b>8.508.445</b>	<b>9.830</b>	<b>(1.063.679)</b>	<b>7.444.766</b>	<b>7.747.149</b>
Terrenos	6.627	-	-	-	6.627	-	-	6.627	6.627
Edificações, obras civis e benfeitorias	746.105	-	-	1.940	748.045	1.940	(85.344)	662.701	685.780
Máquinas e equipamentos	7.712.068	-	(5.926)	11.501	7.717.643	5.575	(962.564)	6.755.079	7.031.493
Veículos	32.176	-	(149)	2.370	34.397	2.221	(15.438)	18.959	21.836
Móveis e utensílios	1.639	-	-	94	1.733	94	(333)	1.400	1.413
<b>Administração</b>	<b>774</b>	-	-	<b>165</b>	<b>939</b>	<b>165</b>	<b>(396)</b>	<b>543</b>	<b>516</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	22	22	22	-	22	-
Máquinas e equipamentos	130	-	-	139	269	139	(77)	192	93
Veículos	637	-	-	-	637	-	(318)	319	417
Móveis e utensílios	7	-	-	4	11	4	(1)	10	6
	<b>8.499.389</b>	-	<b>(6.075)</b>	<b>16.070</b>	<b>8.509.384</b>	<b>9.995</b>	<b>(1.064.075)</b>	<b>7.445.309</b>	<b>7.747.665</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>119.514</b>	<b>32.690</b>	<b>(19.656)</b>	<b>(15.905)</b>	<b>116.643</b>	<b>(2.871)</b>	-	<b>116.643</b>	<b>119.514</b>
Máquinas e equipamentos	9.373	12.224	-	(11.259)	10.338	965	-	10.338	9.373
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.234	362	-	(2.182)	1.414	(1.820)	-	1.414	3.234
Veículos	468	1.914	-	(2.370)	12	(456)	-	12	468
Móveis e utensílios	1.617	94	-	(94)	1.617	-	-	1.617	1.617
A ratear	105	-	(105)	-	-	(105)	-	-	105
Projetos - diversos	-	8.649	-	-	8.649	8.649	-	8.649	-
Adiantamento a fornecedores	2.716	7.262	-	-	9.978	7.262	-	9.978	2.716

**Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.**  
*Demonstrações contábeis regulatórias*  
em 31 de dezembro de 2022

	<b>Valor em 31/12/2021</b>	<b>Adições (a)</b>	<b>Baixas (b)</b>	<b>Transf. (c)</b>	<b>Valor em 31/12/2022</b>	<b>Adições líquidas = (a)-(b)+(c)</b>	<b>Depreciação acum.</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2022</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2021</b>
Depósitos judiciais	20.898	92	(1.844)	-	19.146	(1.752)	-	19.146	20.898
Materiais em depósito	14.401	-	-	-	14.401	-	-	14.401	14.401
Adiant fornecedores - Projetos	66.702	2.093	(17.707)	-	51.088	(15.614)	-	51.088	66.702
<b>Administração</b>	<b>423</b>	<b>167</b>	<b>-</b>	<b>(165)</b>	<b>425</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>425</b>	<b>423</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	79	-	(22)	57	57	-	57	-
Máquinas e equipamentos	16	-	-	-	16	-	-	16	16
Equipamentos de informática	407	84	-	(139)	352	(55)	-	352	407
Móveis e utensílios	-	4	-	(4)	-	-	-	-	-
	<b>119.937</b>	<b>32.857</b>	<b>(19.656)</b>	<b>(16.070)</b>	<b>117.068</b>	<b>(2.869)</b>	<b>-</b>	<b>117.068</b>	<b>119.937</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>8.619.326</b>	<b>32.857</b>	<b>(25.731)</b>	<b>-</b>	<b>8.626.452</b>	<b>7.126</b>	<b>(1.064.075)</b>	<b>7.562.377</b>	<b>7.867.602</b>

## b. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	8.508.445	(1.063.679)	7.444.766	7.747.149
Administração	7,51%	939	(396)	543	516
		<b>8.509.384</b>	<b>(1.064.075)</b>	<b>7.445.309</b>	<b>7.747.665</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
<b>Imobilizado – transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

**12.1 A composição das adições do ativo imobilizado por tipo de gasto capitalizado é como segue:**

<b>Adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Transmissão</b>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	362
Máquinas e Equipamentos	12.224
Veiculos	1.914
Móveis e Utensílios	94
Desenvolvimento de Projetos	2.093
Projetos - diversos	8.649
Adiantamentos a Fornecedores	7.262
Depósitos Judiciais	92
<b>Total das adições</b>	<b>32.690</b>

<b>Adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>Total</b>
<b>Administração</b>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	79
Máquinas e Equipamentos	84
Móveis e Utensílios	4
<b>Total das adições</b>	<b>167</b>

## 12.2 As principais adições / transferências (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
1. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM 1 EQUIPAMENTO SERVICO SF6 GPUB2000 + 1 MANGUEIRA SF6 MANGUEIRAS DN20, CONEXAO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	719
2. VALVULA DE ENGATE GCC20 + 1 MANGUEIRA SF6 MANGUEIRAS DN20, CONEXAO VALVULA ESFERA C/ CGA590	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	696
3. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	683
4. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	683
5. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	677
6. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	676
7. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	674
8. CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	672
9. DE MONTAGEM PARA TRANSDUTOR ROTATIVO DE EIXO - EQUIPAMENTO PARA TESTES DE DISJUNTORES DE MEDIA - TRANSPORT CASE FOR CIBANO 500 ACESSORIES,NOTEBOOK THINKPAD E14 / WINDOWS 10 PRO,KIT DE MONTAGEM PARA	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	655
10. TRANSDUTOR ROTATIVO DE EIXO,EQUIPAMENTO PARA TESTES DE DISJUNTORES DE MEDIA, ALTA E,EHB1 UPGRADE OPTION - ACESSORIO PARA O EQUIPAMENTO,IOB1 UPGRADE OPTIO	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	589
<b>Total das adições</b>		<b>6.724</b>

## 12.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo imobilizado em serviço em 2022

Transmissão	Grupo	Valor
1 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(719)
2 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(683)
3 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(683)
4 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(677)
5 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(676)
6 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(674)
7 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(672)
8 CABO AL NU CA COREOPSIS - 1590 MCM	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(534)
9 CABO AL NU CA - 1192,5 MCM - HAWTHORN INTELLI-TORK H300 40.000 N.M INTELLI-TORK	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	(250)
10 H.3.0.0	VEÍCULOS	(148)
		<b>(5.716)</b>



## 13.Intangível

### a. Movimentação do intangível:

	Valor em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2022	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>111.308</b>	-	-	<b>300</b>	<b>111.608</b>	<b>300</b>	<b>(33)</b>	<b>111.575</b>	<b>111.306</b>
Servidões	111.282	-	-	-	111.282	-	-	111.282	111.282
Direito, Marcas e Patentes	-	-	-	109	109	109	-	109	-
Softwares	26	-	-	191	217	191	(33)	184	24
<b>Administração</b>	<b>2.633</b>	-	-	<b>79</b>	<b>2.712</b>	<b>79</b>	<b>(1.757)</b>	<b>955</b>	<b>1.417</b>
Licença de uso de softwares	2.471	-	-	79	2.550	79	(1.720)	830	1.273
Softwares	162	-	-	-	162	-	(37)	125	144
	<b>113.941</b>	-	-	<b>379</b>	<b>114.320</b>	<b>379</b>	<b>(1.790)</b>	<b>112.530</b>	<b>112.723</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>11.346</b>	<b>4.273</b>	-	<b>(300)</b>	<b>15.319</b>	<b>3.973</b>	-	<b>15.319</b>	<b>11.346</b>
Servidão	10.650	3.712	-	-	14.362	3.712	-	14.362	10.650
Direito, Marcas e Patentes	205	474	-	(171)	508	303	-	508	205
Softwares	491	87	-	(129)	449	(42)	-	449	491
<b>Administração</b>	<b>53</b>	<b>28</b>	-	<b>(79)</b>	<b>2</b>	<b>(51)</b>	-	<b>2</b>	<b>53</b>
Softwares	53	28	-	(79)	2	(51)	-	2	53
	<b>11.399</b>	<b>4.301</b>	-	<b>(379)</b>	<b>15.321</b>	<b>3.922</b>	-	<b>15.321</b>	<b>11.399</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>125.340</b>	<b>4.301</b>	-	-	<b>129.641</b>	<b>4.301</b>	<b>(1.790)</b>	<b>127.851</b>	<b>124.122</b>

## b. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2022			31/12/2021
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	0,15%	111.608	(33)	111.575	111.306
Administração	10,00%	2.712	(1.757)	955	1.417
		<b>114.320</b>	<b>(1.790)</b>	<b>112.530</b>	<b>112.723</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

### 13.1 A composição das adições do ativo intangível por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Intangível em curso	Outros
<b>Transmissão</b>	
Software	87
Servidão	3.712
Direito, Marcas e Patentes	474
<b>Total das adições</b>	<b>4.273</b>

Adições do Intangível em curso	Outros
<b>Administração</b>	
Software	28
<b>Total das adições</b>	<b>28</b>

### 13.2 As principais adições/transferências (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Transmissão - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
SERVICO DE INCLUSAO E MONITORAMENTO NORMATIVOS NO	SERVIDÃO	109
1. GERENCIADOR DE DOCUMENTOS GEDWEB		
2. LICENCIAMENTO WEB SERVICES	SOFTWARE	81
3. SOFTWARE OMICRON IEDSCOUT	SOFTWARE	51
4. E!COCKPIT - LIC/CESSAO/DIREITO DE USO/PROG/COMPUTACAO	SOFTWARE	37
5. LICENCA DE SOFTWARE ABB - 2 X DM200-TOOLNUMERO	SOFTWARE	11
HARD KEY PARA AUTOMATION BUILDER DM200-T - LICENCA DE		
6. SOFTWARE ABB -	SOFTWARE	11
<b>Total das adições</b>		<b>300</b>

Administração - Descrição do Bem	Grupo	Em R\$ mil
LICENCA DE USO DE SOFTWARE - FORTIGATE-60F UNIFIED	SOFTWARE	73
1. THREAT PROTECTION (UTP)		
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE	SOFTWARE	6
2. COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS - AHGORA		
<b>Total das adições</b>		<b>79</b>

### 13.3 As dez principais baixas (pelo critério de valor) do ativo intangível em serviço 2022

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2022.

## 14. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para encerramento de obra (i)	112.633	132.024
Fornecedores relacionados à construção (ii)	43.280	66.301
Gastos ambientais e fundiários	108	54
Prestadores de serviços	1.641	369
Outros (iii)	1.325	6.014
Saldo final	<u><u>158.987</u></u>	<u><u>204.762</u></u>

- (i) Variação refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores.
- (ii) Variação refere-se à pagamentos de finalização de contratos com Epecistas referente à fase pré operacional.
- (iii) Variação refere-se a pagamento no exercício de 2022 de apólices de seguros patrimonial e de responsabilidade civil que estavam em aberto em 2021.

## 15. Empréstimos e financiamentos

### a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
BNDES subcrédito A e B (b)	nov-18	nov-42	SGBH	IPCA+5,62%	5.373.633	5.316.889
BNDES subcrédito C (b)	jun-20	out-38	SGBH	IPCA +5,22%	1.397	1.361
BNDES (c)	jul-21	dez-34	SGBH	IPCA+4,8304%	1.197.115	1.134.235
					<u><u>6.572.145</u></u>	<u><u>6.452.485</u></u>
Circulante					313.342	277.021
Não circulante					<u>6.258.803</u>	<u>6.175.464</u>
					<u><u>6.572.145</u></u>	<u><u>6.452.485</u></u>

### b. BNDES - Direto

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como

interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.108 (um milhão, cento e oito mil reais) junto ao BNDES.

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

#### **c. Debentures**

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

#### **d. Garantias**

Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.

Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.

Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. Mediante o completion físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª

emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

**e. Covenants**

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Com a reapresentação da Companhia, não houve impacto no índice calculado. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>A) Geração de Caixa</b>	<b>1.310.106</b>	<b>1.175.796</b>
(+) EBITDA	1.356.173	1.229.444
(-) Pagamento de IR + CS	(46.067)	(53.648)
<b>B) Serviço da Dívida</b>	<b>630.427</b>	<b>556.121</b>
(+) Amortização de dívida	271.722	247.034
(+) Pagamento de juros	358.705	309.087
<b>Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)</b>	<b>2.1</b>	<b>2,1</b>

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato deve ser igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Patrimônio Líquido (A)	<b>1.580.442</b>	<b>2.405.277</b>
Ativo Total (B)	8.396.460	9.113.506
<b>Índice de Capitalização (A/B) (i)</b>	<b>19%</b>	<b>26%</b>

- (i) O atingimento do Índice de Capitalização igual ou acima de 20% é um dos critérios para o pagamento de dividendos acima de 25% do lucro. Não sendo atendido, o pagamento acima do limite indicado só pode ocorrer após avaliação e anuência do credor. O Índice de Capitalização não foi atendido em 2022, mas é esperado que o índice volte ao patamar acima dos 20% para os próximos anos.

**f. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	5.318.250	622.855	(300.489)	-	(265.585)	-	5.375.031
Debentures	1.134.235	125.172	(58.216)	-	(6.137)	2.060	1.197.114
<b>Total</b>	<b>6.452.485</b>	<b>748.027</b>	<b>(358.705)</b>	<b>-</b>	<b>(271.722)</b>	<b>2060</b>	<b>6.572.145</b>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	5.033.351	810.178	(284.049)	-	(241.230)	-	5.318.250
Debentures	-	92.163	(25.038)	1.100.000	(5.804)	(27.086)	1.134.235
SGBH (i)	1.021.104	16.315	(130.587)	-	(906.832)	-	-
<b>Total</b>	<b>6.054.455</b>	<b>918.656</b>	<b>(439.674)</b>	<b>1.100.000</b>	<b>(1.153.866)</b>	<b>(27.086)</b>	<b>6.452.485</b>

**g. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):**

	Amortização
2024	376.737
2025	376.737
2026	376.737
2027	376.737
2028 - 2042	4.751.855
	<b>6.258.803</b>

## 16. Impostos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal.

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
IR e CS Diferidos ativo (prejuízo fiscal)	106.139	144.089
	<u>106.139</u>	<u>144.089</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>	<b>144.089</b>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(37.950)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>106.139</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>72.159</b>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	71.930
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>	<b>144.089</b>

## 17. Taxas regulamentares

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	369	456
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	12.977	6.886
	<b>13.346</b>	<b>7.342</b>

- (i) **TFSEE**  
Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 5.481 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais).

Em 14 de julho de 2022, através do Despacho nº 1.904 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2022 a junho de 2023 de R\$ 4.431 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e um mil reais).

- (ii) **P&D**  
Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução. Em 2022 não houve evento extraordinário de baixa de saldo de anos anteriores e por isso os saldos estão maiores, refletindo as provisões e atualizações do ano.

## 18. Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Cível	771	525
Fiscal	194	-
Trabalhista	1.842	1.403
	<b>2.807</b>	<b>1.928</b>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>525</b>	<b>1.403</b>	-	<b>1.928</b>
Adições e reversões, líquidas (i)	210	391	170	771
Atualizações monetárias	36	48	24	108
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>771</b>	<b>1.842</b>	<b>194</b>	<b>2.807</b>

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	-	<b>102</b>	-	<b>102</b>
Adições e reversões, líquidas (ii)	514	1.247	(3)	1.758
Atualizações monetárias	11	54	3	68
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>525</b>	<b>1.403</b>	-	<b>1.928</b>

- (i) As adições ocorreram, basicamente da movimentação dos processos cíveis, trabalhistas e fiscais, a qual motivou a reanálise do risco envolvido em cada caso e gerou a necessidade de ajustar os números para fazer frente ao risco de perda atual. Portanto, as provisões constituídas e os prognósticos referem-se à riscos cíveis referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros, e as tributárias referem-se a manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.
- (ii) As adições e as reversões ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e com encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis, em alguns casos com desembolso e em outros sem a necessidade de realização de pagamento. Portanto, houve conversão de valores em favor da Companhia e suas controladas; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros, e as tributárias referem-se a manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

### **Contingências possíveis (não provisionados)**

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue

	31/12/2022	31/12/2021
Cível (i)	825	1.088
Servidões (ii)	10	10
Trabalhista (iii)	1.178	1.688
Fiscal (iv)	8.577	4.224
Ambiental (v)	419	419
	<b>11.009</b>	<b>7.429</b>

- (i) **Processos Cíveis**–. Tratam-se de treze ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais.
- (ii) **Servidões** – Trata-se de ação judicial objeto do Processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica.
- (iii) **Processos Trabalhistas** – O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos.
- (iv) **Processos Fiscais** – Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações



nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0000470-05.2022.8.27.2727, no valor de R\$ 2.038 (dois milhões, trinta e oito mil reais) 0001047-85.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 1.693 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil reais) e 0001160-39.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 581 (quinhentos e oitenta e um mil reais) do Estado do Tocantins. A maior variação refere-se a um caso administrativo específico (Processo Administrativo nº 17227.720011/2022-71), decorrente de Auto de Infração lavrado objetivando a exigência fiscal de CIDE-Remessas, com valor de exposição de R\$ 3.707 (três milhões, setecentos e sete mil reais). O procedimento encontra-se em fase inicial e a Companhia apresentou defesa, com documentos, impugnando o lançamento e todo o fundamento utilizado pelo Agente Fiscal para fundamentar a lavratura do referido Auto de Infração.

- (v) **Processos Ambientais** - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação n.º 1180/2017, bem como teria constado informação equivocadas no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais. O valor total envolvido nestes principais processos é de R\$ 403 (quatrocentos e três mil reais).

## **19. Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, através de AGE realizada em 19 de julho de 2021, os sócios decidem pela redução do capital social, que passou de R\$ 2.771.001 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), resultando em uma redução de R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), pelo cancelamento de 480.000 (quatrocentas e oitenta milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade como artigo 173 da lei nº 6.404/76. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ 2.771.001 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), representado por 2.291.001 (dois bilhões, duzentas e noventa e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	<b>2022 e 2021</b>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<b><u>100%</u></b>

### **b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

### **c. Reserva de retenção de lucros**

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, provisão de incentivos fiscais, provisão de juros sobre capital próprio, reversão da reserva especial de lucros a realizar e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante R\$ 2.133.693 (dois bilhões, cento e trinta e três milhões, seiscentos e noventa e três mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo

da reserva legal, provisão de incentivos fiscais, provisão de juros sobre capital próprio e pagamento de dividendos intermediários, ficando disponível o montante de R\$ 1.619.408 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, quatrocentos e oito mil reais).

**d. Reserva de incentivos fiscais**

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante de R\$33.214 (trinta e três milhões, duzentos e quatorze mil reais) em 31 de dezembro de 2021. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 58.250 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

**e. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b> <b>(Reapresentado)</b>
Lucro líquido societário do exercício	572.613	569.167
Ajuste de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	-	87.809
Reserva legal (5%)	<u>(28.630)</u>	<u>(28.458)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>543.983</u>	<u>540.708</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u><b>5.440</b></u>	<u><b>5.407</b></u>
Juros sobre capital próprio (i)	<u><b>(20.678)</b></u>	<u><b>(58.645)</b></u>

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 49.575 (quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendos de exercícios anteriores, foi pago em agosto de 2021 totalizando R\$ 50.064 (cinquenta milhões, sessenta e quatro mil reais).

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58.647 (cinquenta e oito milhões de reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 8.798 (oito milhões, setecentos e noventa e oito mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 49.848 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 650.000 (seiscentos e cinquenta milhões de reais). Esse montante foi pago em 25 de abril de 2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 330.241 (trezentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e um mil reais). Esse montante foi pago no decorrer do exercício de 2022.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2022, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 32.312 (trinta e dois milhões, trezentos e doze mil reais). Esse montante foi pago em 20 de dezembro de 2022.

Através da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram, por unanimidade, o pagamento de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 20.677 (vinte milhões, seiscentos e setenta e sete mil reais) referente ao exercício social de 2022. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 3.102 (três milhões, cento e dois mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 17.576 (dezessete milhões, quinhentos e setenta e seis mil reais). Esse montante foi totalmente pago em 27 de dezembro de 2022. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2022.

## **20.Receita operacional líquida**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>	<b><u>1.639.458</u></b>	<b><u>1.471.938</u></b>

Receita de rateio de antecipação	(36.959)	(6.730)
Receita de encargos de transmissão (i)	1.502.114	1.333.844
Recuperação de PIS e COFINS	144.317	131.261
Parcela de ajuste do ciclo anterior (ii)	(47.529)	(20.618)
Indisponibilidade de equipamentos	(2.402)	(18.715)
Outras Receitas de Operação	155	-
Descontos Incidentes na TUST	79.762	52.896
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(171.317)</b>	<b>(156.674)</b>
PIS	(27.056)	(24.287)
COFINS	(124.624)	(111.867)
P&D	(14.681)	(13.153)
TFSEE	(4.956)	(7.367)
	<b>1.468.141</b>	<b>1.315.264</b>

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2022
- (ii) Variação de acordo com a receita faturada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

## 21.Custo da operação

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(43.364)	(30.013)
Material	(6.204)	(4.292)
Serviços de terceiros (ii)	(23.347)	(13.187)
Depreciação e amortização	(312.240)	(311.477)
Arrendamentos e aluguéis	(1.870)	(1.340)
Seguros	(6.185)	(4.635)
Tributos (iii)	(404)	(2.620)
Gastos diversos	(7.695)	(6.150)
Outros	-	(1.100)
	<b>(401.309)</b>	<b>(374.814)</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente a inclusão da Companhia no Rateio 699 e aumento na despesa de bônus devido melhores resultados no Programa de KPI e contratação de novos colaboradores no final de 2022.
- (ii) Variação refere-se principalmente a contratação de serviços especializados de assistência técnica in loco, prestação de serviço do sistema de segurança Cybernetica da subestação Terminal Rio.
- (iii) Variação refere-se a ICMS pagos ao longo de 2021.

## 22.Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal (i)	(27.646)	(8.912)
Administradores	(2.037)	(2.189)

Material	(744)	(509)
Serviços de terceiros (ii)	(4.401)	(1.875)
Arrendamentos e aluguéis	(2.662)	(1.847)
Provisão/reversão (iii)	(9.350)	(848)
Tributos	(64)	(67)
Depreciação e amortização	(681)	(646)
Seguros	(31)	(21)
Taxas bancárias	(364)	(55)
Telecomunicação	(529)	(167)
Despesas com viagens	(369)	(796)
Outras	(2.052)	(1.033)
	<b>(50.930)</b>	<b>(18.965)</b>

- (i) Variação de despesas com pessoal, em cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, onde em 2022 a Companhia foi incluída no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas.
- (ii) Variação refere-se a despesas com publicação e rateio de serviços de terceiros em cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, onde em 2022 a Companhia foi incluída no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas.
- (iii) Variação refere-se substancialmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturaré de junho/2022 ainda não recebidos conforme nota explicativa 9.

## 23.Despesas com pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Remuneração	(28.812)	(18.916)
Encargos	(8.967)	(6.249)
Previdência privada	(448)	(238)
Outros Benefícios - Corrente	(4.910)	(4.527)
Outros	(227)	(83)
	<b>(43.364)</b>	<b>(30.013)</b>
<b>Pessoal - administração</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Remuneração	(15.843)	(4.835)
Encargos	(5.581)	(2.277)
Previdência privada	(189)	(1)
Benefícios	(2.961)	(691)
Outros	(3.072)	(1.108)
Administradores	(2.037)	(2.189)
	<b>(29.683)</b>	<b>(11.101)</b>
	<b>(73.047)</b>	<b>(41.114)</b>

## 24.Outras receitas/ (despesas) operacionais

Neste grupo apresentamos as receitas e despesas não vinculadas a concessão.

<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	(Reapresentado)

Reserva SUDAM (i)	29.469	(4.433)
Receitas de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) (ii)	366	1.729
Gastos Diversos Serviços de O&M	(801)	(682)
Serviços de terceiros	(138)	(618)
Outros	(1.542)	(160)
	<b>27.354</b>	<b>(4.164)</b>

- (i) Valor refere-se a reserva de incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021.
- (ii) Variação refere-se a faturamentos no exercício de 2021 de contratos novos de CCI e da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia ganhadora do Leilão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

## 25. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita financeira</b>	<b>44.899</b>	<b>27.924</b>
Receitas de aplicações financeiras (i)	46.744	26.969
Outras receitas financeiras (ii)	345	2.318
Tributos sobre receitas financeiras	(2.190)	(1.363)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(754.164)</b>	<b>(924.555)</b>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(360.869)	(314.652)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (iii)	-	(16.315)
Atualizações TJLP (iv)	(322.196)	(524.212)
Variações monetárias	(67.048)	(64.519)
Multas e acréscimos moratórios	(194)	(624)
IOF, comissões e taxas	(37)	(15)
Outras despesas financeiras	(3.820)	(4.218)
	<b>(709.265)</b>	<b>(896.631)</b>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2022.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a atualização monetária (SELIC) do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2017 a 2019 no exercício de 2021.
- (iii) A redução nos juros de empréstimos com partes relacionadas ocorreu devido à quitação do empréstimo com a SGBH no exercício de 2021, conforme mencionado na nota explicativa 15.
- (iv) Variação refere-se devido a alta na taxa TLP do empréstimo com o BNDES calculada também com a meta da inflação.

## 26. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	837.059	763.362

Adições/Exclusões não dedutíveis	32.714	36.809
Ajustes ICPC 01	(446.255)	(706.750)
Doações e subvenções para investimento	(29.469)	4.433
Juros s/ Capital Próprio	(20.678)	(58.645)
Outros	(1.779)	-
<b>Lucro Real</b>	<b>371.592</b>	<b>39.209</b>
Compensação PF/BN (30%)	(111.478)	(11.763)
<b>Lucro Real (Após Compensação)</b>	<b>260.114</b>	<b>27.446</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(65.005)	(6.837)
Inc. Fiscais	884	473
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(64.121)</b>	<b>(6.364)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(23.522)</b>	<b>(2.470)</b>
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores) (i)	-	27.718
IR e CS correntes	(87.643)	(8.834)
IR e CS diferidos	(37.951)	(15.879)
	<b>(125.594)</b>	<b>3.005</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>10,5%</b>	<b>1,2%</b>

- (i) A Companhia ajustou a tributação das Receitas de O&M (IFRIC 12) referente ao ano calendário de 2020, o que ocasionou o ajuste no ano calendário de 2021.

## 27. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### 27.1 Ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber - partes relacionadas	<u>722</u>	<u>10</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	720	-
Intercompany PRTE - despesas de pessoal	-	10
Intercompany ETEE - despesas de ISS	2	-

## 27.2 Passivo

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores - partes relacionadas	<b>29.242</b>	<b>37</b>
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	37
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	18.480	-
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	10.719	-
Serviços de engenharia XPTT Brasil	43	-

## 27.3 Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado - partes relacionadas	<b>30.531</b>	<b>(18.828)</b>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	34.412	-
Aluguel (iv)	(2.817)	(1.832)
Serviços de engenharia SGSE (iii)	(1.064)	(681)
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 15)	-	(16.315)

- (i) Em 01 de julho de 2022 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Variação refere-se a serviços de engenharia prestados pela CET Brazil Transmissão de Energia realizados em 2022.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para o período de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

## 27.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

<b>Valores reconhecidos no resultado</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	2.547	1.775
Benefícios diretos e indiretos	414	805
Encargos	1.145	752
Provisões (13 salário, férias e bônus)	2.399	176
<b>Valor total da remuneração (i)</b>	<b>6.505</b>	<b>3.508</b>



- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus. Variação refere-se substancialmente a variações na remuneração de expatriados.
- (i) Variação refere-se a inclusão das controladas XRTE e STE no rateio 699 no exercício de 2022.

## **28. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 28.2 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros..

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

<b>Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	192.154	610.339
Títulos e valores mobiliários	<b>10</b>	160.423	139.102
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Contas a receber - partes relacionadas	<b>27</b>	723	10
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	162.341	152.522
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores	<b>14</b>	158.987	204.762
Fornecedores partes relacionadas	<b>27</b>	29.242	37
Empréstimos e financiamentos	<b>15</b>	6.572.145	6.452.485

## **28.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo**

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 1.197.114  
Cálculo valor justo: R\$ 1.071.730

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

## **29. Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

### ***f. Riscos de mercado***

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

### ***g. Riscos de taxa de juros***

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	192.154	610.339
Títulos de Valores Mobiliários	160.423	139.102
Contas a receber partes relacionadas	723	10
Concessionária e Permissionárias	162.241	152.522
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	6.572.145	6.452.485

***h. Riscos cambiais***

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

***i. Risco de crédito***

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

***j. Risco de liquidez***

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

### **30. Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### 31.Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000	30.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.414.633	5.414.633
Veículos	Carros	10.455	9.307
Equipamentos	Equipamentos	11.066	9.325
		<b>5.466.154</b>	<b>5.463.265</b>

### 32.Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.754 (Um milhão, setecentos e cinquenta e quatro mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

<b>Número Contrato</b>	<b>Fornecedor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data</b>	<b>Total</b>
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	729
XRTE-ENG-2018-0547	ACX ENGENHARIA LTDA	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e subsedes de manutenção e operação	31/10/2018	432
XRTE-ADM-2019-0985	DORACI MARIA FAIZ KUSTER	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	19
XRTE-AD-2021-3908	LACUS SERVICE LOCAÇÃO EIRELI	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	163
XRTE-AD-2021-4164	J. S. SOARES TRANSPORTES LTDA	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221
XRTE-UHV-2021-4172	BIRD SOLUTIONS E TECNOLOGIA – EIRELI	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35
XRTE-UHV-2021-4473	WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	155
				<b>1.754</b>

#### Cronograma de vencimento

2023

**Em R\$ mil**

1.754

**1.754**

\* \* \*

Sun Tao  
Procurador

Yesheng Wang  
Vice Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa  
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2